



ACÓRDÃO Nº12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11619/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama - FAPEMUC
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsáveis:** Barnabe Andrade Leitão, Presidente e Ordenador de Despesas.
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6821/2016-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social . Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama - FAPEMUC. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE CANUTAMA – FAPEMUC, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015**, da responsabilidade Senhor **BARNABE ANDRADE LEITÃO**, Presidente e Ordenador de Despesas, por grave infração à norma legal nos termos do artigo 1º, incisos II e IX, c/c o artigo 22, inciso III, alíneas “b”, da Lei nº 2.423/96, artigo 5º, inciso II, c/c o artigo 188, inciso II, § 1º, inciso III, alíneas “b”, da Resolução nº 04/2002;
- 9.2. **Aplicar Multa no valor R\$ 8.768,25** (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), ao Senhor **BARNABE ANDRADE LEITÃO**, Presidente e Ordenador de Despesas, no exercício de 2015, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial em conformidade com o artigo 2º, inciso VI, da Resolução 25/2012-TCE/AM, tendo em vista as impropriedades descritas nos **ITENS 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.7 e 7.8 e seus Subitens** do Relatório/Voto (**Restrição 1, 2, 3, 4, 5, 7, e 8** do Relatório de Inspeção nº 27/2016 - **DICERP**, às fls. 172/183);



ACÓRDÃO Nº12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.3. **FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, a contar da **NOTIFICAÇÃO**, para que o **RESPONSÁVEL** recolha o valor da **MULTA** acima aplicada aos cofres da Fazenda Pública Estadual Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, *caput*, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 9.4. **AUTORIZAR A IMEDIATA COBRANÇA EXECUTIVA**, nos moldes do art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, caso o **RESPONSÁVEL** não recolha o valor referente à **MULTA** aplicada por esta Corte de Contas e ainda a **INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA**, caso persista o débito;
- 9.5. **Considerar em Alcance** o Senhor **BARNABE ANDRADE LEITÃO**, Presidente e Ordenador de Despesas no exercício de 2015, nos termos das alíneas “b” e “c” do inciso III e § 2º do artigo 22 da Lei 2.423/96 – TCE/AM e determine a devolução aos cofres públicos do montante de **R\$ 162.779,68** (Cento e Sessenta e Dois Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Sessenta e Oito Centavos), corrigidos monetariamente nos termos do artigo 305, da Resolução nº 04/2001-TCE/AM, face às impropriedades descritas no **ITEM 7.6 – Subítemes I e II** do Relatório/Voto (**Restrição 6** do Relatório de Inspeção nº 27/2016 - **DICERP**, às fls. 172/183) nos moldes a seguir:
- 9.5.1) R\$ 600,00** (Seiscentos Reais) por não justificar documentalmente o pagamento de 10 (Dez) diárias ao Senhor **RAIMUNDO NELINILSON SILVA DE AMORIM**, custeadas com recursos do Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama- FAPEMUC;
- 9.5.2) R\$ 162.179,68** (Cento e Sessenta e Dois Mil, Cento e Setenta e Nove Reais e Sessenta e Oito Centavos) por não ter comprovado documentalmente quando da vistoria in loco o pagamento de Auxílio doença aos beneficiários que após 15 (Quinze) dias de afastamento do trabalho, não puderam retornar ao serviço e por consequência de suas doenças tiveram que ser amparados pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama – FAPEMUC.
- 9.6. **FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA O RECOLHIMENTO DOS VALORES IMPUTADOS AO COFRE MUNICIPAL DE CANUTAMA**, (Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama - FAPEMUC) acrescidos das atualizações monetárias e dos juros de mora devidos, com comprovação perante esta Corte de Contas nos termos do artigo 72, III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/96 – TCE/AM (Lei



ACÓRDÃO Nº12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica), c/c o artigo 169, I e artigo 306, § único, III, ambos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno);

- 9.7. **RECOMENDAR AO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE CANUTAMA - FAPEMUC**, caso o valor da condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estipulado, **A INSTAURAÇÃO DA COBRANÇA EXECUTIVA E A INSCRIÇÃO DO DÉBITO NA DÍVIDA ATIVA**, em consonância com o artigo 72, III, alínea “a” e artigo 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o artigo 169, II e artigo 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno).

10- **Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- **Data da Sessão:** 31 de Janeiro de 2017

12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- **Representante do Ministério Público:** Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral